Lei n°. 428 de 10 de março de 1987
(Reeditada com as alterações da Lei 638/99 e 787/05)

Dispõe sobre o Parcelamento do solo Urbano no Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outra providencias.

O Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, Faço saber que a Câmara aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei tem por finalidade disciplinar o Parcelamento do solo no município de Ribas do Rio Pardo, observadas as disposições legais Federais e Estaduais aplicáveis à matéria.

Capitulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O parcelamento do solo Urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e das Legislações Federal e Estadual pertinentes.

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbano em zona urbana ou de expansão urbana.

Parágrafo Único. Não será permitido o parcelamento do solo:

I – Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundação antes de tomadas as providencias para assegurar o escoamento das águas;

II – Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivos à saúde pública, sem que sejam previamente sanados;

III – Em terrenos com declividade igual ou superiora a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências especificadas das autoridades competentes:

IV – Em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação;

V – Em área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição prejudique a saúde, segurança e o bem-estar da população;

Art. 4º A Prefeitura Municipal recusará a aprovação de qualquer projeto de loteamento, mesmo que satisfaça as exigências da presente lei, tendo em vista:

I – As diretrizes municipais sobre o uso do solo, constantes em Lei Municipal;

II – A defesa dos recursos naturais, turísticas ou paisagísticas, bem como do patrimônio cultural do município.

Art. 5º O proprietário de imóvel rural interessado em loteá-lo para fins urbanos, desde que considerado em zona urbana ou de expansão urbana definidas por Lei Municipal, deverá submeter o respectivo projeto à aprovação da Prefeitura Municipal, com a anuência expressa do **INCRA** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e obtenção de licença prévia, emitida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - **SEMADES** relativo ao impacto ambiental. (Redação do artigo alterada pela Lei n.º. 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do artigo 5º:

Art. 5º O proprietário de imóvel rural interessado em loteá-lo para fins urbanos, desde que considerado em zona urbana ou de expansão urbana definidas por Lei Municipal, deverá submeter o respectivo projeto à aprovação da Prefeitura Municipal e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado, dependendo ainda da anuência do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária).

Capítulo II

DOS REQUISITOS TÉCNICOS E URBANÍSTICO PARA LOTEAMENTO

Art. 6º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I – As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços destinados à recreação, serão proporcionadas á densidade de ocupação prevista para gleba, não podendo ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do total de sua área;

II – Nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores de 15.000m², (quinze mil metros quadrados), a porcentagem de áreas públicas poderá ser reduzida para 25% (vinte e cinco por cento);

III – A porcentagem de áreas públicas será no município de:

a) 12% (doze por cento) de área da gleba, para espaços destinados a recreação;

b) 6% (seis por cento) da área da gleba, para espaços destinados à implantação de equipamentos comunitários;

IV – As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local;

V – As dimensões mínimas dos lotes será de 12,00m (doze metros) de frente, sendo que a área total não poderá ser inferior a 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados); (Redação do inciso alterada pela Lei n°. 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do inciso V:

V - As dimensões mínimas dos lotes serão de 12,00m (doze metros) de frente, para os lotes localizados em meio de quadra e 15,00 m (quinze metros) de frente para os lotes localizados em esquinas, sendo que a área total não poderá ser inferior a 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados);

VI – As dimensões mínimas dos lotes destinados a habitação de interesse social serão de 10m (dez metros) de frente, sendo que a área total não poderá ser inferior a 250m² (duzentos metros quadrados);

Parágrafo único. Serão permitidos parcelamento para fins de loteamento de terrenos com as medidas mínimas constantes deste inciso, quando a área a ser parcelada e loteada encontrar-se em situação de confrontação com loteamento já existente, destinado à habitação de interesse social. (Parágrafo único acrescido pela Lei n°. 638/99, de 20.09.99).

VII – as quadras não poderão ultrapassar 260m (duzentos e sessenta metros) em qualquer um de seus lados; (Redação do inciso alterada pela Lei n°. 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do inciso VII:

VII – as quadras não poderão ultrapassar 120m (cento e vinte metros) em qualquer dos seus lados;

VIII – Ao longo das águas correntes e dormentes, além da faixa de preservação prevista na Lei Federal n°. 4.771/65, é obrigatório reservar uma faixa *non aedificandi* não inferior a 15,00m (quinze metros) de cada margem para implantação de equipamentos urbanos, não sendo considerada como área de recreação;

IX – Ao longo das faixas de domínio público, das redes de energia elétrica de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, é obrigatório a reserva de uma faixa *non aedificandi* de no mínimo 15,00m (quinze metros) de cada lado.

Parágrafo único. Nas áreas predominantemente comerciais da área urbana ou para fins residenciais de pessoas de baixa renda, será permitido o desmembramento de terrenos até uma medida mínima de 5,00 m.(cinco metros) de frente e com a área total mínima de 125 m².(cento e vinte e cinco metros quadrados), desde que o interessado instrua o pedido com a planta do Imóvel e memorial descritivo contendo, pelo menos, a situação do imóvel, demonstrando a sua localização, dimensões, áreas e confrontações dos lotes antes e depois do desmembramento pretendido. (Parágrafo único alterado pela Lei n°. 787/05, de 07.07.2005).

Redação anterior do parágrafo único, acrescido pela Lei n°.638/99, de 20.09.99638:

Parágrafo único. Para fins exclusivamente comerciais e nos perímetros mencionados no Anexo III desta Lei, permitir-se-á o desmembramento de terrenos com medida mínima de 6,00m (seis metros) de testada principal e com área mínima de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados) e o interessado instrua o requerimento com a planta do imóvel e memorial descritivo contendo, pelo menos, localização, dimensões, áreas e confrontações dos lotes antes e depois do desmembramento.

a) somente será aprovado o desmembramento, após ser procedida vistoria pelo setor competente, mediante termo assinado pelo seu responsável técnico, de que o projeto preenche os requisitos estabelecidos neste parágrafo. (a Lei Municipal n.º. 787/05, de 07.07.2005 substituiu o item I do Parágrafo único do Inciso IX do artigo 6º, pela alínea 'a').

Redação do item I substituído:

I – somente será aprovado o desmembramento , após ser procedida vistoria pelo setor competente, mediante termo assinado pelo seu responsável técnico, de que o projeto preenche os requisitos estabelecidos no parágrafo anterior e esteja dentro do perímetro determinado pelo Anexo III desta Lei.

b) os terrenos urbanos existentes em áreas predominantemente comerciais que possuam construções, comprovadamente existentes, há mais de cinco anos, poderão também ser desmembrados na forma deste parágrafo, exigindo-se neste caso, que possuam servidão de passagem, com pelo menos 1,5 m.(um metro e meio) de largura. (a Lei Municipal n.º. 787/05, de 07.07.2005 substituiu o item I do Parágrafo único do Inciso IX do artigo 6º, pela alínea 'b').

Redação do item II substituído:

II – os terrenos compreendidos no perímetro do Anexo III, em que comprovadamente, já houver edificações preexistentes e possuam corredores com distância até 1,00 m (um metro) de largura do lote confinante, seus proprietários poderão protocolizar o pedido de regularização e/ou desmembramento, instruído com respectivo projeto, no prazo de 01 (um) ano da promulgação desta Lei.

c) em qualquer caso, tratando-se de terreno com declividade para os fundos, somente poderá ser aprovado o desmembramento, após efetuado o seu aterramento para atingir o nivelamento com a rua pavimentada e, não sendo a rua pavimentada, com o nivelamento que presumivelmente irá possuir quando de sua pavimentação. (a Lei Municipal n.º. 787/05, de 07.07.2005 acrescentou a alínea 'c' ao parágrafo único do Inciso IX do artigo 6º).

Art. 7º O poder Municipal poderá, complementarmente, exigir em cada loteamento a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamento urbanos.

Art. 8º Para aprovação do loteamento a Prefeitura Municipal exigirá do loteador a execução das seguintes obras de infra-estruturas;

I – Vias de circulação;

II – Demarcação dos lotes, quadras e logradouros com piquetes de concreto pintados com número dos lotes;

III – Rede de energia elétrica;

IV – Sistema de abastecimento de água potável;

V – Drenagem superficial;

VI – Arborização;

VII – Iluminação pública.

Nota: a Lei Federal 9.785, de 29.02.1999, DOU 01.02.1999, acrescentou o § 5º ao artigo 2º da Lei Federal nº. 6.766, de 19.12.1979 com a seguinte redação:

§ 5º. Consideram-se infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

Capítulo III

DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO E DOS LOGRADOUROS PUBLICOS

Art. 9º Para loteamento destinado exclusivamente ao uso industrial, a Prefeitura poderá fazer exigências complementares ao disposto nesta Lei quando às vias de circulação.

Art. 10 Os logradouros que, por sua característica residencial ou por condições topográficas, terminarem sem conexão direta para veículos com outro logradouro, terão uma praça de retorno em sua extremidade (*Cul-de-sac*).

Art. 11 As praças de retorno das vias em *Cul-de-sac*, deverão ter um diâmetro mínimo de 20,00m (vinte metros), conforme o Anexo I.

Art. 12 A extensão máxima das vias em *Cul-de-sac*, inclusive a praça de retorno, será de 60,00m (sessenta metros) e a largura mínima será de 10,00m (dez metros), conforme o Anexo I.

Art. 13 As curvas das vias públicas de largura igual ou superior a 15,00m (quinze metros), deverão apresentar raio de curvatura mínima igual ou superior a 100,00m (cem metros), se o ângulo pelas duas direções da rua estiver compreendido entre 120º(cento e vinte graus) e 170º (cento e setenta graus), conforme o Anexo I.

Art. 14 As curvas das vias públicas de largura inferior a 15,00m (quinze metros) deverão apresentar raio de curvatura mínima de 30,00m (trinta metros).

Art. 15 A intersecção entre duas vias públicas deverá aproximar-se o mais possível ao ângulo de 90°(noventa graus) e não será permitida a intersecção entre vias públicas formando ângulo inferior a 60°(sessenta graus).

Art. 16 Na intersecção de duas vias públicas, o alinhamento de seus leitos deverá ser concordado com curvas de raio não inferior a 8,00m (oito metros), conforme o Anexo I.

Art. 17 As curvas em “S”, serão concordadas com uma tangente de comprimento não inferior a 30,00m (trinta metros), conforme o Anexo I.

Art. 18 Os pontos de intersecção dos eixos de duas vias públicas com o eixo de uma terceira não poderá distar menos de 40,00m (quarenta metros), conforme o Anexo I.

Art. 19 A critério da Prefeitura, poderá ser exigida continuidade das vias públicas ou praças existentes nos loteamentos vizinhos.

Art. 20 Todos os loteamentos conterão pelo menos uma via de circulação para escoamento rápido do tráfego, do ponto mais distante até a via de acesso principal ao loteamento.

Art. 21 As características técnicas, declividade, dimensões máximas, etc, para vias de circulação são as constantes do anexo II desta Lei.

Art. 22 Os logradouros, somente serão aceitos pela Prefeitura, para posterior entrega do domínio público e respectiva denominação desde que estejam de acordo com os dispositivos da presente Lei.

Art. 23 Nos projetos de loteamento submetidos à Prefeitura para aprovação, figurará uma nomenclatura provisória para os logradouros públicos através de letras ou números.

Art. 24 Na escolha dos nomes para os logradouros públicos municipais, serão observados os seguintes critérios:

I – Nome de brasileiros já falecidos que tenham distinguido:

- a) por relevantes serviços prestados ao Município, ao Estado ou ao País;
- b) por sua cultura e projeção em qualquer ramo do saber humano;
- c) pela prática de atos heróicos ou edificantes.

II – nomes cultos, eufônicos e de fácil pronúncia, extraídos da Bíblia Sagrada, datas e Santos do calendário religioso.

III – nomes cultos, eufônicos e de fácil pronúncia tirados da história, geografia, flora, fauna e folclore do País ou de outros Países;

IV – datas de significação especial para a história do Brasil ou universal.

Parágrafo único. O interessado deverá remeter uma relação de nomes para os logradouros públicos que serão apreciados pela Prefeitura Municipal, não podendo haver repetição de nomes já existentes, submetendo tais denominações ou alterações de vias e logradouros públicos à aprovação da Câmara Municipal. (parte final do parágrafo acrescido por força do disposto no inciso XV do art. 30 e inciso XX do art. 69 da LOM).

Redação anterior do parágrafo único:

Parágrafo único. O interessado deverá remeter uma relação de nomes para os logradouros públicos que serão apreciados pela Prefeitura Municipal, não podendo haver repetição de nomes já existentes.

Capítulo IV DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 25 O interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, antes da elaboração do projeto de loteamento, que explicita as diretrizes para uso do solo, traçado das quadras, do sistema viário, dos espaços destinados a recreação e das áreas reservadas para equipamentos urbanos e comunitários apresentando, para este fim requerimento à Prefeitura Municipal planta de situação do imóvel na escala gráfica 1:10.000 contendo pelo menos:

I – As divisas da gleba a ser loteada;

II – As curvas de nível da área, com diferença do nível de no máximo 01 (um) metro;

III – A localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;

IV – A indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas de recreação, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local e em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V – O tipo de uso predominante a que o loteamento se destine;

VI – As características dimensões e localização das zonas de uso contíguas;

VII – Certidão de ocupação, posse ou propriedade do imóvel.

Art. 26 A Prefeitura expedirá a aprovação do levantamento e a autorização para elaboração do projeto e devolverá uma das vias da planta da área a ser loteada, constante no artigo anterior, indicando no mínimo as diretrizes:

I – O traçado básico do sistema viário principal;

II – As ruas ou estradas existentes ou projetadas que compõem o sistema viário da cidade e do município, relacionado com o loteamento pretendido e a serem respeitados;

III – A localização aproximada dos terrenos destinados e equipamentos urbanos e comunitários e das áreas livres de uso público;

IV – As faixas sanitárias do terreno necessário ao escoamento das águas pluviais e faixas não edificáveis;

V – As zonas de uso predominantes da área com indicação dos usos compatíveis;

Parágrafo Único A autorização será expedida pelo prazo máximo de 01 (um) ano.

Art. 27 O encaminhamento de projeto de loteamento estará condicionado à viabilidade técnica do abastecimento de água para a área parcelada, de acordo com a apresentação de laudo técnico, elaborado por profissional habilitado e com parecer da Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul -**SANESUL**.

Art. 28 O interessado, com base na via da planta da área a ser loteada que lhe foi devolvida, apresentará à Prefeitura o projeto definitivo, contendo desenhos e memorial descritivo dos lotes, acompanhado do título de propriedade devidamente registrado e averbado; certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais; projeto assinado pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional habilitado e registrado no **CREA**.

§ 1º Os desenhos conterão pelo menos:

I – A subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração, tanto das quadras como dos lotes, bem como as áreas dos mesmos;

II – O sistema viário devidamente hierarquizado e integrado à malha viária;

III – As dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

IV – Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

V – A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VI – A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;

VII – A indicação em uma tabela numérica, das áreas parceladas e projetadas, bem como seus percentuais;

VIII – A indicação na planta dos proprietários limítrofes à área a ser loteada.

§ 2º O memorial descritivo deverá conter obrigatoriamente, pelo menos:

I – A descrição sucinta do loteamento, com suas características e a fixação da zona de uso predominante;

II – As condições urbanísticas de loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes nas diretrizes fixadas;

III – A descrição de cada lote com as denominações, dimensões, área de confronto;

IV – A indicação da área pública que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento;

V – A enumeração dos equipamentos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública já existentes no loteamento e adjacências.

Capítulo V DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO

Art. 29 Para os projetos de desmembramentos o interessado apresentará requerimento à Prefeitura Municipal, acompanhado de 05 (cinco) vias da planta do Imóvel a ser desmembrado, do memorial descritivo, do título de propriedade devidamente registrado e averbado, de certidão negativa de tributos municipais incidentes sobre o de imóvel, bem como o projeto assinado pelo proprietário ou representante legal e por profissional habilitado e registrado no **CREA**.

§ 1º As plantas deverão conter pelo menos:

I – A indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;

II – A indicação do tipo de uso predominante no local;

III – A indicação da divisão de lotes pretendida na área, com as respectivas medidas e áreas, bem como a orientação geográfica.

§ 2º O memorial descritivo conterá, pelo menos, denominações, dimensões, áreas e confrontações dos lotes antes e depois do desmembramento.

Art. 30 Aplicam-se ao desmembramento, no que couberem as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento, em especial, nos incisos IV e V do Art. 6º e no Art. 38 da presente Lei.

Capítulo VI

DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO

Art. 31 Satisfeitos os requisitos anteriores e estando o projeto em condições de ser aprovado, a Prefeitura o aprovará mediante a oposição de carimbo nas plantas respectivas, bem como nos memoriais descritivos, devidamente assinados pelo titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e do seu responsável técnico, a fim de que o interessado o execute, sem qualquer ônus para a Prefeitura, com as obras de infraestrutura exigidas no Art. 8º desta Lei. (Redação do artigo alterada pela Lei n.º 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do artigo 31.

Art. 31. Satisfeitos os requisitos anteriores e estando o projeto em condições de ser aprovado, a Prefeitura o aprovará mediante a oposição de carimbo nas plantas respectivas, bem como nos memoriais descritivos, devidamente assinados pelo titular do setor de Obras Municipais, a fim de que o interessado o execute, sem qualquer ônus para a Prefeitura, com as obras de infra-estrutura exigidas no Art. 29 desta Lei.

Parágrafo único. O interessado facilitará a fiscalização da Prefeitura durante a execução das obras de infra-estrutura.

Art. 32 Concluídas as obras de infra-estrutura, o interessado comunicará tal fato à Prefeitura, para que esta, após a constatação da conclusão das obras, as aceite e emita o termo de verificação das obras exigidas por esta Lei, devidamente assinado pelo titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e pelo seu responsável técnico. (Redação do artigo alterada pela Lei n.º 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do caput do artigo 32:

Art. 32. Concluídas as obras de infra-estrutura, o interessado comunicará tal fato à Prefeitura, para que esta, após a constatação da conclusão das obras, as aceite e emita o termo de verificação das obras exigidas por esta Lei, devidamente assinado pelo titular do setor de Obras Municipais e o loteador deverá submeter ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 33 Na fase em que o projeto de loteamento estiver em condições de ser aprovado, conforme citado no art. 2º da presente Lei, poderá o interessado apresentar para apreciação e aprovação por parte da Prefeitura Municipal em cronograma para execução das obras de infra-estrutura, com duração máxima de 02 (dois) anos, contados da data da aprovação do projeto.

Parágrafo único. Quando ocorrerem as situações citadas no *caput* deste artigo, o termo de verificação e conclusão das obras de infra-estrutura será emitida após a conclusão das respectivas obras.

Art. 34 Aprovado o cronograma para execução das obras de infra-estrutura, a Prefeitura escolherá um número de lotes correspondentes ao valor total das obras a serem realizadas pelo interessado, ficando esses lotes hipotecados à prefeitura como garantia para a execução das obras de infra-estrutura, correndo todas as despesas por conta do interessado.

§ 1º A avaliação dos lotes será feita, por parte do interessado, através de perito em avaliação de imóveis devidamente habilitado e por parte da administração, através da Comissão Municipal de Avaliação instituída pelo Decreto Municipal nº. 017/98 de 11/02/98 e, havendo divergências de valores, o mesmo será definido pela média aritmética das duas avaliações. (Redação do parágrafo alterada pela Lei nº. 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do § 1º:

§ 1º A avaliação dos lotes será feita, por perito em avaliação de imóveis, devidamente habilitado de um lado e por parte do interessado de outro, efetuando-se uma média de preços das duas propostas.

§ 2º As exigências deste artigo se aplicam também para os conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, salvo exigências em contrário.

Art. 35 Cumpridos os requisitos constantes no artigo anterior, expedir-se-á a Certidão de aprovação do loteamento assinado pelo Prefeito Municipal, no prazo do artigo 36 e, cumprindo-se ainda, se for o caso, as exigências do artigo 37 desta Lei. (Redação do artigo alterada pela Lei nº. 638/99, de 20.09.99).

Redação anterior do artigo 35:

Art. 35. Cumpridos os requisitos constantes dos artigos 34 e 45 ou 36 e 37 desta lei, será expedida Certidão de aprovação do loteamento, devidamente assinada pela Prefeitura Municipal.

Art. 36 A Prefeitura Municipal terá os seguintes prazos para deferir ou indeferir os diversos projetos constantes da presente Lei dando sempre ciência ao interessado:

I – 60 (sessenta) dias, nos casos enquadrados nos artigos 25 e 30 desta Lei;

II – 90 (noventa) dias, nos casos enquadrados no artigo 28 desta Lei.

Parágrafo único. Os prazos constantes deste artigo iniciarão a partir da data da entrada do requerimento no protocolo geral da Prefeitura.

Art. 37 Nos projetos de loteamento e desmembramento é obrigatório a apresentação por parte do interessado de documentos e anuência prévia do Estado, nos seguintes casos:

I – quando localizados em área de interessa especial, tais como: de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidos por legislação Federal ou Estadual.

II – quando localizados em área limítrofe do município ou que pertença a mais de um município ou em aglomeração urbanas, definidas em Lei Federal ou Estadual;

III – quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000m² (um milhão de metros quadrados).

Art. 38 Os espaços livres destinados à recreação, às vias, às áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador.

Capítulo VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 40 A partir da data de registro do loteamento passam a pertencer ao domínio do município, constituindo-se patrimônio da municipalidade, as vias de circulação, os espaços de recreação e os espaços destinados a equipamentos urbanos e comunitários constantes do respectivo projeto.

Parágrafo único. São vedadas as sessões, doações e permutas de quaisquer áreas constantes deste artigo, pertencentes ao domínio do município.

Art. 41 A Prefeitura Municipal não concederá alvará para construções, demolições, reforma ou ampliação de edificação se estas se localizarem em terrenos de loteamentos que não possuam o termo de verificação de conclusão de obras de infraestrutura e o ato aprovação de loteamento.

Art. 42 Ficarão sujeitos aos dispositivos da Presente Lei todos os projetos de loteamento e desmembramento submetidos à aprovação da Prefeitura e não aprovado até a data da publicação desta Lei.

Art. 43 Aos projetos de loteamento e desmembramento de que trata a Lei, aplicam-se também a Legislação Federal e Estadual pertinente a matéria.

Art. 44 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo – MS, 10 de março de 1987.

Francisco Rodrigues de Souza
Prefeito Municipal

ANEXO I

Verificar com o setor de engenharia da Gerência Municipal de Obras as dimensões de que tratam os artigos 11 a 13, 16 a 18 desta Lei.

ANEXO II

Características	Tipos de Vias 1°	2°	3°	4°
	Via estrutural	Via de ligação entre bairros	Vias auxiliares	Via Local
Largura mínima (m)	30,00	25,00	15,00	10,00
Pista de rolamento mínimo (m)	19,00	17,00	10,00	7,00
Passeio lateral mínimo de cada lado da via (m)	3,50	4,00	2,50	1,50
Canteiro central mínimo (m)	4,00	1,50	-	-
Declividade máxima (%)	6	10	10	10
Declividade mínima (%)	0,5	0,5	0,5	0,5

Anexo III

(Revogado pela Lei Municipal nº. 787/05, de 07.07.2005).